

Ministra vai ao Senado e recebe apoio político para renegociação

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, levou ontem ao Senado Federal os termos da proposta de renegociação da dívida externa apresentada aos bancos credores e aproveitou o fórum político para marcar sua posição: "Não há possibilidade de modificarmos a nossa proposta baseada no princípio básico de não fazermos pagamentos por meios inflacionários. Esta é uma decisão soberana de um governo eleito pelo povo", disse ela perante uma plateia repleta de senadores e deputados de várias tendências.

Com a ajuda do negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, e do secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, a ministra procurou mostrar aos parlamentares os fundamentos que sustentam a proposta para o acordo definitivo da dívida externa e pediu aos políticos presentes que se engajassem com apoio efetivo. "O problema do endividamento envolve toda a Nação e a colaboração do Congresso representa muito e é de vital importância para nós", pediu ela, sem constrangimentos.

A presença da ministra ontem no Senado Federal representou um passo do processo de esclarecimento que o governo quer desencadear tanto interna quanto externamente. "Estamos avaliando a possibilidade de fazer uma campanha de opinião pública que tenha maior alcance", adiantou Zélia Cardoso de Mello, reafirmando uma sua sugestão que ouviu do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP).

APOIO POLÍTICO

Outros parlamentares também demonstraram seu aval ao princípio da capacidade de pagamento que norteia a proposta brasileira: "Trago uma palavra de esperança e de apoio para que se possa prosperar e que se saia do impasse", colocou o deputado Ulysses Guimarães

(PMDB-SP). O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) disse que a questão da dívida está "sendo tratada com sentido de patriotismo" e o deputado César Maia (PDT-RJ) recomendou à ministra que não se deixe levar pelo que chamou de "resistências apresentadas por aqueles que já conhecemos". O deputado Fernando Santana (PCB-BA) elogiou a "posição firme e independente da ministra no trato da questão da dívida externa".

Alguns foram menos efusivos. Apenas um dos presentes, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), manifestou-se preocupado com a reação dos banqueiros. Ficou, contudo, aberta a porta para o respaldo político à proposta brasileira. Conforme ressaltou o presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) — que presidiu a sessão de ontem —, o "caráter político da dívida externa não pode ser esquecido".

Kandir mostrou de onde surgem as restrições para o pagamento da dívida externa e indicou que haverá espaço para desembolsos adicionais de juros, além dos níveis já definidos para pagamentos anuais aos bancos credores (ver matéria nesta página), desde que satisfeitas duas condições: é preciso que a economia cresça à taxa de 7% anualizada e dessazonalizada por dois trimestres consecutivos e que, ao mesmo tempo, as reservas internacionais do País ultrapassem o nível de cinco vezes a média da variação apurada nos doze meses imediatamente anteriores.

"São dois parâmetros que mostram a força da economia e, nessa condição, as reservas excedentes seriam usadas para o resgate antecipado da dívida", explicou o embaixador Dauster aos parlamentares, denominando aquela iniciativa como "mecanismo de captura do êxito brasileiro". Supondo uma variação média de US\$ 1,824 bilhão, por exemplo, no

correr de doze meses, o patamar de reserva mínima para referência a pagamentos externos aos bancos, além dos valores estipulados, seria de US\$ 9,12 bilhões.

AJUSTE FISCAL

A proposta brasileira, explicou Kandir a Cesar Maia, teve a preocupação de relacionar o movimento das reservas internacionais com os resultados fiscais e a matriz de fontes e usos de recursos, que mede a capacidade de pagamento, trabalha com um nível de US\$ 8 bilhões de reservas em caixa (aquilo que está efetivamente disponível a curto prazo) na virada de 1990 para 1991; de US\$ 11 bilhões para o final de 1991 e US\$ 11,6 bilhões para o final de 1992.

Nesta primeira fase do acordo da dívida externa, contou Kandir, parte do ajuste fiscal estará sendo destinado ao aumento das reservas internacionais. Além desse parâmetro — as reservas em caixa precisam garantir pelo menos cinco meses de importação — o programa traçado para a dívida com os bancos prevê uma taxa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) no nível de 5% ao ano, a partir de 1994.

O fluxo de pagamento aos bancos — que começa com o valor de US\$ 1,17 bilhão em 1991, passa para US\$ 3,8 bilhões em 1996 e para US\$ 6,23 bilhões em 2000 e alcança US\$ 9,39 bilhões no ano de 2001 — poderá ser revisto, portanto, se entrar dinheiro de fora para dentro para financiar a dívida do setor público, se houver maior aperto nos gastos de modo a ampliar o resultado fiscal ou através de emissão de moeda. A última hipótese está totalmente descartada. Assim, os valores fixados para os pagamentos externos só serão aumentados com crescimento da economia e com uma expansão não inflacionária das reservas em caixa.

Um importante instrumento está em discussão no Congresso Nacional para definir os parâmetros

limites para efeito de pagamentos de compromissos externos. O projeto de resolução que o senador Fernando Henrique Cardoso apresenta nesta quinta-feira, perante a Comissão de Economia do Senado, preserva em US\$ 8 bilhões as reservas internacionais do País. Abaixo desse nível, nenhum pagamento seria feito a credores externos.

Kandir voltou a afirmar que o governo brasileiro está disposto a negociar em torno de qualquer tipo de instrumento de realocação da dívida, "desde que a matriz do fluxo de pagamento seja preservada".

PROPOSTA

O embaixador Jório Dauster alinhou para os parlamentares os principais instrumentos que o Brasil levou ao comitê assessor de bancos credores, na proposta de renegociação:

- "Zero Cupom Bond" — Bônus de Cupom Zero, que normalmente leva para o vencimento o pagamento dos juros e da amortização, terá em princípio prazo de 45 anos e juro fixo correspondente à taxa da Libor (praticada no mercado interbancário de Londres) nos seis meses imediatamente anteriores, além de comissão de 0,8125%. Quem ficar com esse bônus e quiser receber algum pagamento de juros antes do vencimento terá de disputar taxa de desconto em leilão interno.

- "Interest Reduction Bond" — Bônus de Redução de Juros, como o nome diz, vai pagar juros anualmente, mas à taxa fixa reduzida que começa com 1,23% ao ano e sobe gradativamente, de modo que atinja 7% ao ano a partir do quinto ano de vida do papel, que terá prazo de 25 anos.

- "Exit Bond" — Bônus de Saída, que será oferecido para quem quiser sair rapidamente do risco Brasil. Terá 15 anos de prazo com juro de 1,23% ao ano, que sobe para 3% no quarto ano e permanece nesse nível até o rendimento.